

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 16 - Brasília, 25 de maio de 1995

Emenda sobre empresa já está tramitando

Começou a tramitar ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) a proposta de emenda constitucional que considera empresa nacional toda companhia que tenha sede no Brasil. A emenda, aprovada na Câmara dos Deputados em segundo turno, foi lida no plenário do Senado em sessão extraordinária realizada na manhã de ontem.

Terminada a sessão, o presidente em exercício do Senado, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), dirigiu-se à sala da comissão, onde entregou o texto da emenda ao presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO). A comissão, encarregada de emitir o parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, deverá apresentar sua posição no menor prazo de tempo possível para que a emenda possa ser levada a plenário.

Teotônio Filho disse, na ocasião, que sua iniciativa de apressar o exame da proposta do governo dá continuidade à postura da atual Mesa do Senado de deixar a pauta sempre em dia, sem que haja sequer um requerimento pendente.

**Concessões:
parecer será
votado hoje**

Página 2

**Proteção para
ariranha e
peixe-boi**

Página 3



Teotônio, entre Júlio Campos e Levy Dias, preside sessão do Senado

GREVE DOS PETROLEIROS

Ocupação de refinarias preocupa senadores

A ocupação, na madrugada de ontem, por tropas do Exército, de várias refinarias de petróleo foi o tema central dos debates na sessão extraordinária do Senado, ontem de manhã, e voltou a ser discutida na sessão vespertina.

Enquanto os líderes dos partidos que dão sustentação ao governo apoiavam a medida, Ademir Andrade, líder do PSB, acusava os ministros do TST de "irresponsáveis e incoerentes", por não julgarem logo recurso dos petroleiros, e culpava o governo pelo acirramento da questão.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), presidente em exercício do Senado, que articule junto às lideranças parlamentares uma proposta com vistas à superação do impasse gerado pela greve dos petroleiros.

Pela liderança do PPR, Esperidião Amin (SC) disse

que a raiz do problema está no governo Itamar Franco, elogiou a atuação de Fernando Henrique e apoiou a sugestão de Simon.

Élcio Álvares (PFL-ES), líder do governo, descaracterizou a ação das tropas militares como invasão. Afirmou que se trata de operação pacífica, sem violência, para garantir o trabalho nas refinarias.

Para Eduardo Suplicy (SP), líder do PT, o governo Fernando Henrique tem que honrar a palavra de Itamar Franco.

Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, destacou que Fernando Henrique cumpre a lei, observando a vontade da Justiça.

Bernardo Cabral (AM), líder do PP, defendeu o TST e Fernando Henrique, "um conciliador".

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a população quer o fim da greve e garantiu que a atitude do governo levou

em consideração os interesses da sociedade.

O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), solidarizou-se com o governo por seu estrito cumprimento às decisões do Judiciário.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) advertiu que, após a decisão da Justiça, se o governo ceder estará quebrando o Estado de Direito.

Geraldo Melo (PSDB-RN) frisou que o governo não está sendo intransigente e que a radicalização foi imposta pelos petroleiros.

Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou que o temor de perder a autoridade tivesse impedido Fernando Henrique de dialogar com os grevistas. Ela foi apoiada por seus companheiros de bancada, Eduardo Suplicy (SP) e Marina Silva (AC), e contestada pelo líder do governo, Élcio Álvares, e por Antonio Carlos Magalhães.

Cafeteira contra a reforma na Previdência

Qualquer mudança na Previdência seria uma agressão aos direitos adquiridos dos contribuintes, afirmou o senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA), ao anunciar que votará contra a reforma na Previdência. Ele também argumentou, com base em cálculos atuariais, que é possível um sistema previdenciário eficiente com a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço.

- Peço que seja cumprida a diretriz constitucional que difere Saúde de Previdência Social, diferenciando, também, os recursos para cada área e associando esta última, e somente ela, às contribuições para os planos previdenciários - afirmou Cafeteira.

Parecer sobre MP das concessões será votado hoje

A Medida Provisória nº 991, com que o governo abriu a possibilidade de atrair investimentos privados para setores de infra-estrutura pública, terá o parecer sobre seu mérito votado pela comissão mista do Congresso, hoje, às 10h30, na sala 2 da Ala Nilo Coelho. A medida estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos, e tem como relator o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Em reunião realizada on-

tem, sob a direção do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) foi reconduzido à presidência da comissão mista. O prazo para apreciação do parecer sobre o mérito da MP 991 vence amanhã, dia 26. No plenário do Congresso, a matéria tem prazo para votação até o dia 10 de junho. Acordo especial entre os parlamentares levou a bancada do PFL no Senado a abrir mão de ocupar a relatoria, em favor do deputado do PFL baiano, que é um especialista na matéria.

Lucena quer defesa para os senadores

O Senado poderá contar com uma Procuradoria Parlamentar, com a finalidade de defender a Casa e os senadores, quando atingidos em sua honra ou imagem. Projeto de resolução apresentado pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) determina que a Procuradoria, composta por cinco senadores, com mandato de dois anos, providenciará ampla publicidade reparadora de matéria ofensiva veiculada por órgão de comunicação ou imprensa, sem prejuízo das penas já previstas na atual legislação.

Humberto Lucena afirma em sua justificativa que, sob o regime democrático, o foro parlamentar é constantemente bombardeado por acusações, imputações e mesmo ofensas.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Não foram agendadas matérias para a Ordem do Dia.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: Seminário sobre a importância do relacionamento comercial e cultural, entre o Brasil e países africanos. (ver matéria nesta edição)

Expositores: ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia - "A importância do relacionamento comercial do Brasil com países do Continente Africano; perspectivas de crescimento"; presidente do Banco Central do Brasil, Pêrsio Arida; presidente da Câmara de Comércio Brasil-Zaire, Joséfino Viegas, e presidente da Câmara de Comércio Brasil-África, Adalberto Camargo - "Perspectivas de cooperação econômica e comercial". Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 991/95, que "estabelece normas para outorga das concessões e permissões de serviços públicos, e dá outras providências". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLC nº 76/93 (não terminativo), que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que "dispõe sobre o FGTS, e dá outras providências"; *PLC nº 141/94 (não terminativo), que "dispõe sobre a competência para eleger presidente dos órgãos fiscalizadores do exercício profissional"; *PLC nº 57/94 (não terminativo), que "dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de fiscalização profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"; *PLC nº 35/93 (não terminativo), que "assegura o acesso ao exame pré-natal e vincula o auxílio-natalidade à sua realização, nas condições que es-

pecifica"; PLC nº 124/93 (não terminativo), que "dispõe sobre a obrigatoriedade de prontuário médico para recém-nascidos"; *PLC nº 54/93 (não terminativo), que "dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas"; *PLC nº 7/94 (não terminativo), que "obriga as empresas que especifica a fornecer suportes com rodas (carrinhos manuais) aos seus empregados"; *PLC nº 102/94 (não terminativo), que "concede aos trabalhadores que especifica o direito à percepção antecipada do valor correspondente às contas de água, energia elétrica e telefone, e dá outras providências"; *PLC nº 137/92 (não terminativo) que "dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança, e dá outras providências"; *PLC 116/94 (não terminativo) que "dispõe sobre bebidas"; IAs de competência da comissão: *PLS nº 97/95 (terminativo) que "dispõe sobre o exercício da profissão de dentista prático, e dá outras providências"; *PLS nº 13/95 (terminativo) que "dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes"; e *PLS nº 12/95 (terminativo) que "altera a redação do art. 59 do Decreto-lei nº 7.661/45, que dispõe sobre a lei de falências". Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 992/95, que "altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial Temporária Interna destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".

Pauta: Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Aprovada proteção a animais em extinção

Substitutivo da Comissão de Educação proíbe caça de lontra, ariranha, peixe-boi e tartaruga, impondo aos infratores pena de dois a cinco anos, além de multa



Coutinho (D) apresentou proposta de calendário para comissões

Senado terá novo regimento

Anteprojeto de novo Regimento Interno do Senado foi aprovado ontem pela Comissão Temporária criada para modificar as normas que regem o processo legislativo na Casa.

Dentre as modificações, destacam-se o fim do voto de liderança e o desligamento de membros das comissões por três faltas consecutivas sem prévia justificativa.

Também foi aprovada proposta apresentada pelo senador

Coutinho Jorge (PMDB-PA) criando um calendário mensal para o trabalho das comissões.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), explicou que todas as modificações contidas no anteprojeto têm por objetivo dar maior agilidade aos trabalhos do Senado. A Comissão Temporária trabalha há dois meses na elaboração do anteprojeto, que agora vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

PFL indica Lobão para Controle

Foi convocada para a próxima quarta-feira, a partir das 17h30, reunião destinada a eleger o novo presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, função que se encontra vaga, em razão da licença para tratamento de saúde concedida ao senador Alexandre Costa (PFL-MA).

O candidato ao cargo é o senador Edison Lobão (PFL-MA), indicado pelo líder do seu partido, senador Hugo Napoleão (PT). Lobão disse estar plenamente consciente da importância da comissão, por ter sob sua responsabilidade a fiscalização e o controle das ações do governo.

Comércio com países africanos

O ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, será um dos expositores do seminário "A Importância do Relacionamento Comercial e Cultural entre o Brasil e os Países Africanos", hoje, a partir das 10h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

O seminário marcará a passagem do "Dia da África" e sua realização atende a requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Participará do encontro o presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, Adalberto Camargo.

A Comissão de Educação do Senado aprovou projeto oriundo da Câmara dos Deputados que proíbe a caça de animais aquáticos como a lontra, ariranha e peixe-boi, assim como os répteis da ordem "chelonia" (tartaruga), todos considerados em extinção.

A matéria foi aprovada nos termos de substitutivo apresentado pela relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), e prevê a pena de dois a cinco anos de reclusão, além de multa, para os infratores. A proposta isenta da proibição o uso de animais para pesquisas científicas e criadouros.

Foram aprovados ainda pela comissão, presidida pelo sena-

dor Roberto Requião (PMDB-PR), o projeto que institui o "Ano dos Transplantes" e o que obriga a inserção da letra do *Hino Nacional* nos cadernos escolares distribuídos pelo Ministério da Educação.

Os autores de obras cinematográficas nacionais ou estrangeiras que forem exibidas no país terão o direito de arquivar cópias dos seus trabalhos nas bibliotecas públicas e entidades sem fins lucrativos, conforme projeto aprovado pela Comissão.

Outra matéria aprovada concede permissão para exploração de canal de rádio FM educativa à Fundação Nossa Senhora das Dores, em Limeira, São Paulo.

Suplicy mostra que Brasil tem juros mais altos do mundo

A redução da taxa de juros anunciada pelo presidente do Banco Central, Persio Arida, foi insuficiente para reverter as dificuldades da situação econômica, segundo afirmou o líder do PT, Eduardo Suplicy, que levou ao plenário dados comprovando que as taxas praticadas no Brasil são as mais elevadas de todo o mundo.

O senador citou um levantamento realizado pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior, sobre taxas de juros de países pobres e ricos de todo o mundo, durante 1994.

O estudo conclui que os juros praticados no Brasil (32,47% a taxa real, descontada a inflação) estão muito à frente inclusive de países em situação econômica difícil, como o México (11,26%) e a Rússia (12,18%).

O governo precisa pensar urgentemente na reorientação desta política econômica de juros altos, que acentua a dependência do capital externo, desestimula o investimento e aumenta o déficit da conta-cor-

rente - afirmou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) criticou o estabelecimento de uma "bancocracia" no Brasil, com a transformação do sistema financeiro em "atividade usurária institucionalizada", que sufoca a indústria, o comércio e qualquer outra atividade produtiva.

Marina apóia "O Grito da Terra"

O lançamento do movimento pela reforma agrária "O Grito da Terra" foi registrado pela senadora Marina Silva (PT-AC), que participou da reunião, realizada ontem na Câmara dos Deputados, com a presença de representantes dos trabalhadores rurais, da CUT e da Contag.

Dutra defende nova legislação de minérios

A União deve exercer melhor controle sobre os recursos minerais do país e o governo precisa se conscientizar de que a legislação mineral brasileira está completamente caduca. Foi o que afirmou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ao manifestar sua expectativa no sentido de seja dado à questão mineral o mesmo tratamento que tem sido dispensado aos monopólios da comunicação e do petróleo.

Datada de 1934, a legislação mineral, segundo o senador, não faz distinção entre areia e ouro e outros bens mais estratégicos. Por isso, observou Dutra, é necessário que haja uma mudança rápida no modelo de concessões.

Alterado prazo para estatística criminal no país

Os dados estatísticos sobre crimes e delinquentes deverão ser remetidos semestralmente, e não mais anualmente, ao Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política do Ministério da Justiça. É o que determina projeto de lei aprovado ontem (dia 24) pelo Senado e que será encaminhado à sanção. O projeto altera dispositivo do Código de Processo Penal.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PL-SP), afirmou em seu parecer que o envio de informações referentes a crimes e delinquentes, em período regular, é imprescindível para a estatística criminal.

Freitas questiona governo sobre verba para o Nordeste

O senador deseja saber qual será o cronograma de liberação por estado

O senador Freitas Neto (PFL-PI) encaminhou à Mesa requerimento de informações a ser dirigido ao ministro do Planejamento, visando obter dados mais precisos sobre a aplicação de recursos no valor de R\$ 2,6 bilhões, cuja liberação foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em sua última viagem ao Nordeste.

O dinheiro será destinado à conclusão de obras e projetos nas áreas de infra-estrutura, recursos hídricos, saúde, educação e aeroportos. O senador deseja saber qual será o cronograma de liberação, com

a discriminação do volume a ser recebido por estado e por setor, e também o prazo de conclusão das obras paralisadas.

- Desejamos contar com dados técnicos mais concretos a respeito desse programa em que se empenha agora o próprio presidente da República. Essas informações, que só podem vir dos órgãos especializados do Ministério do Planejamento, permitirão que se alcance uma visão mais objetiva do trabalho que efetivamente se realizará - afirma Freitas Neto na justificativa do requerimento.

Ademir aponta discriminação

A comparação dos resultados das visitas realizadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, primeiro aos estados do Norte, e, na semana passada, ao Nordeste, levou a bancada parlamentar da Amazônia na Câmara a concluir que o governo federal está discriminando a região.

O fato foi relatado ao plenário do Senado pelo líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA), que manifestou solidariedade à decisão dos deputados da Amazônia de obstruir o plenário, em sinal de protesto.



Ademir Andrade

Andrade disse que os parlamentares dos estados do Norte ficaram chocados porque o presidente anunciou a liberação de R\$ 4,5 milhões para a região, destinados a um projeto de hidrovias, enquanto para o Nordeste reservou a liberação de R\$2,6 bi-

lhões.

O senador considerou estes números evidência de "tratamento de total discriminação", e apoiou a decisão da bancada da Amazônia na Câmara, que resolveu obstruir a votação dos projetos de interesse do governo.



José Roberto Arruda

Arruda quer legalizar condomínios

Toda a Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do rio São Bartolomeu, no Distrito Federal, poderá ter administração e fiscalização transferidas da União para o governo do Distrito Federal.

Projeto apresentado ontem pelo senador José Roberto Arruda (PP-DF) autoriza a transferência e a venda dos lotes a pessoas que compraram parcelas em condomínios irregulares formados na área.

Bezerra pede subcomissão para hidrovias

A criação de uma Subcomissão de Hidrovias no âmbito da Comissão de Infra-Estrutura do Senado foi proposta pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), como forma de incentivar a implementação desse meio de transporte, mais barato e eficiente, em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte, e capaz de dar novo impulso às economias locais.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo

Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.